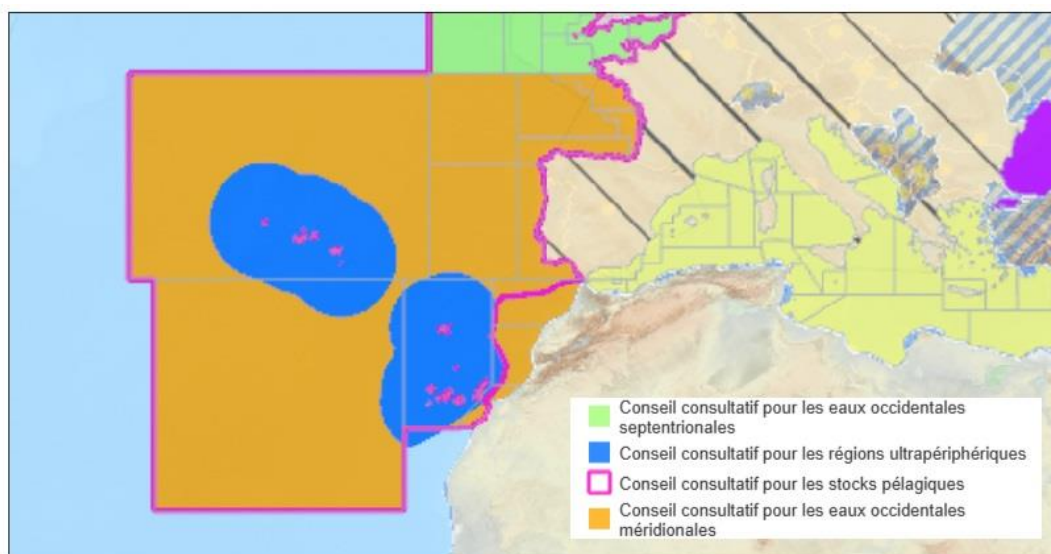


AVALIAÇÃO DO DESEMPENHO DO CC SUL



Caroline MANGALO
Benoit GUERIN – BG Sea
Consulting

Relatório publicado a 20 de junho de 2024

SUMÁRIO

SÍNTESE	2
RECORDAÇÃO DOS OBJETIVOS	3
METODOLOGIA	4
INTRODUÇÃO	5
ANÁLISE TEMÁTICA	6
Funcionamento dos órgãos do CC SUL	6
Pareceres	7
Representação de diferentes interesses	8
Papel dos representantes eleitos e do secretariado	10
Comunicação	10
Relações com a CE, os Estados-Membros e outras organizações	10
ANÁLISE AFOM	13
RECOMENDAÇÕES	14
Sobre o funcionamento dos órgãos do CC SUL	14
Sobres os pareceres	15
Sobre a representação dos diferentes interesses	16
Sobre o papel dos representantes eleitos e do secretariado	16
Sobre a comunicação	16
Sobre as relações com a CE, os Estados-Membros e outras organizações	17
CALENDÁRIO	18
RECURSOS	19
Bibliografia	19
Entrevistas	19
Consulta online	20
ANEXO 1	21
ANEXO 2	23
ANEXO 3	24

SÍNTESE

O Conselho Consultivo para as Águas Ocidentais Austrais (CC SUL), antigo Conselho Consultivo Regional para as Águas Ocidentais Austrais (CCR SUL), foi um dos primeiros conselhos consultivos a ser criado em 2007. Desde então, tem sofrido várias alterações em resposta a desenvolvimentos externos (passagem de CCR a CC, criação da CCRUP) e a "crises" internas (mudança de governação, questionamento da representação de certas organizações).

O CC SUL conseguiu fazer face a estas mudanças evoluindo, mas mantendo a singularidade inerente ao domínio de competência do CC: uma vasta gama de pescarias, poucos países terceiros a trabalhar neste domínio, problemas específicos, etc. Globalmente, o CC SUL cumpre as obrigações que incumbem a este tipo de estrutura em termos de representação dos diferentes

interesses, de emissão de pareceres e de resposta a os pedidos da Comissão Europeia e dos Estados-Membros.

Os pontos fracos do CC SUL são o número reduzido de estruturas que representam "outros interesses" e a falta de participação efetiva de um grande número de membros nos trabalhos da estrutura.

O relatório apresenta recomendações para a sua melhoria. Estas dizem respeito, nomeadamente, à forma dos pareceres e à comunicação fora da estrutura. Estas recomendações são da responsabilidade não só do CC, mas também da Comissão Europeia e dos Estados-Membros, a fim de tirar melhor partido da riqueza deste fórum regional de partes interessadas na sustentabilidade das pescarias marinhas.

RECORDAÇÃO DOS OBJETIVOS

Regulamento Delegado (UE) 2015/242 da Comissão, alterado em 2022, que estabelece as modalidades sobre o funcionamento dos conselhos consultivos no âmbito da política comum das pescas

Artigo 7.º-A - Avaliações de desempenho

O Conselho Consultivo é objeto de uma avaliação independente do seu desempenho pelo menos **uma vez de cinco em cinco anos**. O objetivo da avaliação é identificar **boas práticas** e **deficiências**, recolher **recomendações para melhorar o funcionamento** do conselho consultivo e **avaliar a sua contribuição global para os objetivos da política comum das pescas (PCP)**, tal como definidos no Regulamento (UE) n.º 1380/2013. Os resultados destas análises são tornados públicos e, quando são identificadas deficiências no funcionamento do Conselho Consultivo, são acompanhados de um plano de ação que define ações concretas e um calendário preciso para a sua execução.

Fevereiro
de 2023

O CC SUL lançou um convite à apresentação de candidaturas em resposta à nova obrigação introduzida no regulamento delegado relativo aos conselhos consultivos.

O convite à apresentação de candidaturas indicava que o estudo de avaliação do desempenho do CC SUL deveria permitir estabelecer os pontos fortes e fracos do funcionamento interno do CC SUL (procedimento, organização, participação dos membros, elaboração de pareceres), bem como as suas relações com os outros organismos parceiros, com o intuito de cumprir o objetivo dos conselhos consultivos de apoiar a execução da PCP.

O relatório final deveria igualmente apresentar recomendações por tema e por prioridade, a fim de colmatar eventuais lacunas ou melhorias. Deveria igualmente especificar um calendário de execução.

Junho de 2023: lançamento do estudo na AG

METODOLOGIA

O estudo baseou-se nos temas identificados pelo CC SUL no convite à apresentação de projetos e em várias fontes de informação:

- Uma reunião inicial com o secretariado do CC SUL,
- 14 entrevistas semiestruturadas por videoconferência ou presenciais (ver lista nos recursos),
- uma consulta em linha aos membros do CC SUL (18 respostas),

9. PROCESSUS DE REDACTION ET DE VALIDATION DES AVIS *

Considérez-vous que les sujets traités dans les avis recouvrent vos priorités ?

pas du tout tout à fait

10. PROCESSUS DE REDACTION ET DE VALIDATION DES AVIS

Quels autres sujets souhaiteriez-vous voir abordés dans les avis ?

Entrez votre réponse



- uma análise dos documentos disponíveis sobre a organização interna do CC SUL, bem como das produções oficiais (pareceres, cartas) e dos regulamentos em vigor que regem o funcionamento dos conselhos consultivos, ver bibliografia nos [Recursos](#),
- observação através da participação nas diferentes reuniões organizadas pelo CC SUL durante o exercício de 2023-2024, reuniões presenciais como os grupos de trabalho e o Comex, reuniões por videoconferência como os grupos ad hoc ou certas reuniões externas,
- apresentação de um relatório preliminar ao secretariado e ao Presidente e Vice-Presidentes,
- apresentação de recomendações aos membros do Comex,
- apresentação do relatório final aos membros do CC SUL na Assembleia Geral de 11 de julho de 2024.

INTRODUÇÃO

Como indicado na chamada de atenção para os objetivos, os conselhos consultivos (CC) devem proceder a uma avaliação do desempenho numa base regular, de cinco em cinco anos. O CC SUL já realizou duas avaliações do seu trabalho, uma avaliação externa em 2011 e uma avaliação interna em 2021.

A avaliação de 2011 identificou uma série de recomendações que eram da responsabilidade tanto do CC SUL (CCR SUL na altura) como da Comissão Europeia (CE)[1]. Algumas delas foram adotadas, como "5. assegurar um entendimento comum dos desafios da gestão das pescas" ou "13 e 14. introduzir mais flexibilidade no modo de funcionamento do CCR"; outras continuam a ser pertinentes, como "2. melhorar a preparação e a participação dos membros nas reuniões" ou "9. Clarificar os procedimentos e os prazos seguidos pela Comissão".

A avaliação interna realizada pelo secretariado em 2021 identificou compromissos que salientam a necessidade de assegurar uma transparência e uma comunicação exemplares por parte de todos os intervenientes nos trabalhos do CC

SUL[2]. Note-se também que a participação dos membros no inquérito online foi mais elevada (taxa de resposta de 44%) do que no inquérito realizado em 2023-2024. No entanto, a participação na apresentação dos resultados foi relativamente baixa: 17 pessoas participaram [3]. O trabalho realizado em 2021 permitiu estabelecer procedimentos internos de elaboração de pareceres, participação em reuniões externas, redação de cartas e preparação de Ordens do dia.

É importante notar a proximidade temporal entre a avaliação interna de 2021 e a realizada em resposta à obrigação europeia. É possível que alguns membros não tenham sentido a necessidade de participar nesta última avaliação, apesar de poucos membros terem mencionado a avaliação de 2021.

O convite à apresentação de candidaturas para o CC SUL 2023 identificou uma série de temas que estruturaram as entrevistas e a consulta online. Estes temas são apresentados nas diferentes partes da análise temática que se segue. Esta análise permitiu elaborar uma análise dos pontos fortes e fracos, oportunidades e ameaças do funcionamento do CC SUL e, por conseguinte, identificar recomendações por tema.

ANÁLISE TEMÁTICA

Funcionamento dos órgãos do CC SUL

Deve sublinhar-se que nenhum membro identificou ou salientou qualquer disfunção.

A leitura dos estatutos revelou uma falta de coerência com os últimos desenvolvimentos: criação do CCRUP, ausência de um secretário-geral. Além disso, os grupos de trabalho também evoluíram nos seus domínios de competência sem que tal tenha sido alterado nos estatutos, nomeadamente o grupo de trabalho tradicional, que tem agora um mandato mais alargado.

Uma análise da organização das reuniões mostra que o número de reuniões não sofreu grandes alterações, mesmo com o desenvolvimento das reuniões em linha. Recorde-se que, no início de 2020, as reuniões tiveram de ser canceladas devido à pandemia de COVID-19, o que explica a quebra registada em 2019-2020. A introdução de um sistema de videoconferência começou no segundo semestre de 2020.

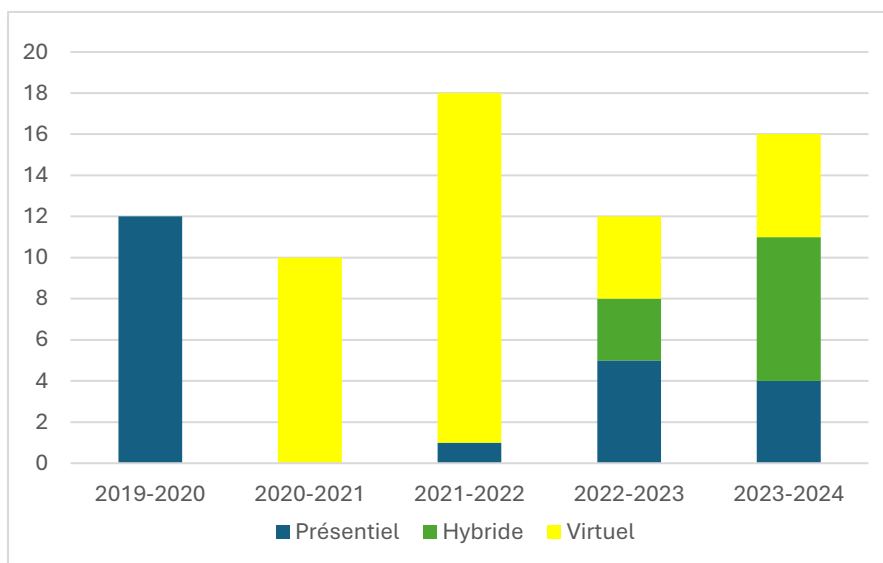


Figure 1 : altera es no número de reuniões e no tipo de reunião (presencial, híbrida ou virtual)

Para as reuniões do Comex,   dada preferência às reuniões presenciais, enquanto para os grupos de trabalho, os formatos híbridos são geralmente aprovados por

todos, nomeadamente porque facilitam a participa o de pessoas externas nos debates sobre um determinado ponto da Ordem do dia. No que se refere ao Comex, as opiniões dividem-se: todos concordam que as reuniões presenciais facilitam os intercâmbios, mas há também quem as considere um obstáculo   sua participa o, porque por vezes   difícil conciliar as desloca es com o resto de prazos, nomeadamente nas reuniões de meio dia.

No que se refere ao funcionamento,   possível entrar em pormenores por  rg o:

- O Comex: foram feitas poucas observa es sobre o funcionamento do Comit  Executivo, mas os membros mostraram-se satisfeitos com a organiza o geral.
 - o As reuniões são organizadas de modo a permitir a participa o de todos.

ANÁLISE TEMÁTICA

- Os documentos são disponibilizados com suficiente antecedência e nas diferentes línguas de trabalho
- Grupos de trabalho:
 - Alguns membros pediram mais intercâmbios sobre as Ordens do dia das reuniões, enquanto poucos membros aproveitam os vários fóruns disponíveis para discutir os programas de trabalho (intercâmbios pessoais com o secretariado, intercâmbios sobre o programa de trabalho).
 - Todos os membros solicitaram uma presença mais sistemática da Comissão Europeia, e mesmo dos Estados-Membros, nas reuniões.
 - Gestão do tempo: embora as contribuições do exterior do CC SUL sejam importantes e apreciadas, o controlo do calendário das reuniões pode ser comprometido pela duração de algumas apresentações, deixando tempo insuficiente para a discussão da apresentação e de outros pontos da Ordem do dia.

O principal ponto de discussão sobre o funcionamento do Comex e dos grupos de trabalho diz respeito ao nível de intervenção e participação dos membros durante as reuniões e nos documentos de trabalho. Esta situação reflete-se igualmente no número de respostas ao inquérito online enviado no âmbito deste trabalho, que sugere que apenas uma minoria de membros está realmente envolvida e preocupada com o funcionamento e a eficácia do CC SUL (ver comentário acima)

Pareceres

No que se refere aos pareceres, a abordagem adotada consistiu em avaliar tanto a substância como a forma do procedimento, desde a escolha dos temas até à validação dos pareceres.

No que se refere à forma, o procedimento adotado foi bem apreciado. Há quem considere que se devem privilegiar as trocas verbais sobre os projetos, a fim de os finalizar durante os grupos de trabalho ou os grupos ad hoc. No entanto, nem sempre é fácil calcular o tempo necessário para estas discussões. Além disso, não é possível trabalhar sobre uma única versão linguística do projeto. Por conseguinte, é necessário finalizar os pareceres por escrito. Por último, foi solicitado que as estruturas que propõem alterações escritas aos projetos fossem claramente identificadas.

Em termos de conteúdo, os pareceres elaborados pelo CC SUL respondem aos pedidos dos membros e refletem as suas posições. Este facto reflete-se no elevado número de pareceres com uma posição minoritária, 58% dos pareceres para o período 2019-2023. Existe uma preferência pela inclusão de posições minoritárias em vez de procurar

ANÁLISE TEMÁTICA

consenso, a fim de evitar esvaziar o parecer do seu conteúdo. Por outro lado, dada a natureza das questões abordadas nos pareceres, parece que a maioria destas questões resulta de um pedido do setor da "pesca".

Foi salientado que a qualidade da argumentação poderia, por vezes, ser melhorada, de modo a basear-se em referências mais concretas. No entanto, foi igualmente salientado que os argumentos desenvolvidos dependem também do feedback dos membros e dos recursos disponíveis no CC SUL.

Por último, o que mais falta nos pareceres do CC SUL até à data, é informação clara sobre a forma como são utilizados pela Comissão Europeia (CE) e pelos Estados-Membros nas suas propostas regulamentares. De facto, 38% dos pareceres para o período de 2019-2023 não receberam uma resposta oficial da CE. Além disso, 32% dos pareceres consensuais não receberam uma resposta da CE, cf. [anexo 1](#). Sobre este ponto, o relatório de 2022 do CINEA sobre a aplicação da regionalização[4] identifica igualmente "a ausência de procedimentos claros [por parte dos grupos de Estados-Membros] para responder aos pareceres CC [...]. É também o caso da CE", apesar das respostas da Comissão Europeia e das avaliações anuais efetuadas no *Staff Working Document* que acompanha a comunicação sobre a situação atual e as orientações da PCP[5]. A análise de alguns destes pareceres e do seu seguimento é apresentada no [anexo 1](#).

Representação de diferentes interesses

De acordo com os membros enumerados no último relatório de atividades do CC SUL, das 81 organizações membros do CC SUL, 71 são organizações do setor das "pescas" e 10 são organizações que representam "outros interesses". Na Assembleia Geral, existe uma proporção mais elevada do setor das "pescas" do que a proporção recomendada no Regulamento 2013/1380 - Anexo III de 60 %/40 %. Por outro lado, esta proporção é respeitada no Comité Executivo.

Embora a representatividade de certas organizações possa ter sido posta em causa no passado, a situação atual acalmou. Parece que as organizações membros do CC SUL são legítimas e que os vários interesses estão representados, embora deva ser sublinhado o menor número de organizações de "outros interesses" em comparação com as do setor das "pescas".

ANÁLISE TEMÁTICA

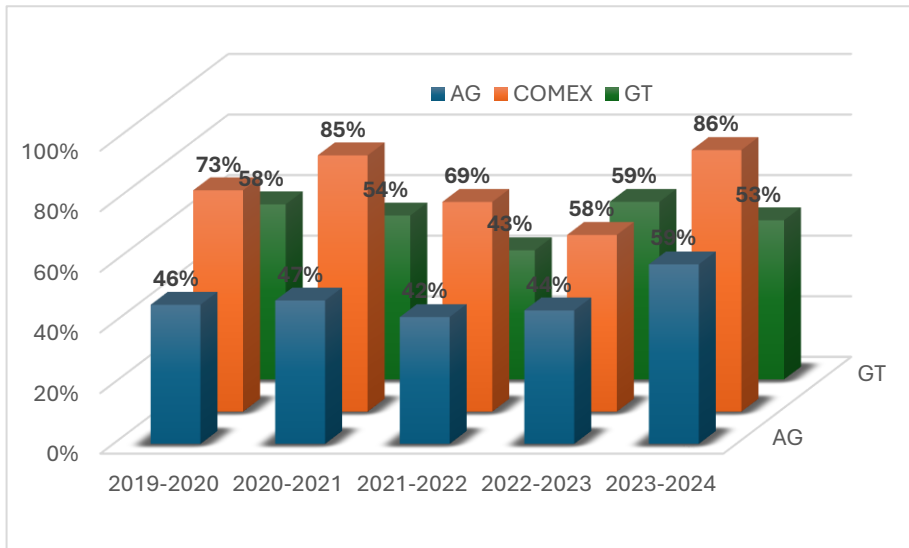


Figura 2: Presença na AGM, Comex (média) e GT (média) por ano – fonte: relatórios de atividade

Por outro lado, como também discutido na secção sobre pareceres, há um grupo central de organizações que participam ativamente, enquanto outras parecem aderir ao CC SUL para obter informações, mas não participam nos debates por falta de vontade ou de tempo.

É de salientar que nem todas as organizações têm a mesma capacidade de trabalho em termos de pessoal para acompanhar as questões tratadas pelo CC SUL. A figura 2 acima explica apenas parcialmente este ponto, uma vez que o número de organizações que usam da palavra não é registado. Por outro lado, verifica-se que a taxa de participação na AGM e nos grupos de trabalho é globalmente bastante constante, ao passo que, no caso do Comex, a taxa parece registar uma tendência decrescente.

A participação pode ser analisada de duas formas, uma positiva e outra negativa:

- Se uma estrutura mantém a sua adesão, mesmo que não participe muito, é porque vê interesse nela
- Se certas organizações não participam mais, isso deve-se à falta de consideração que recebem da CE e ao impacto limitado dos seus pareceres nas decisões tomadas pela CE.

A última observação diz respeito à nomeação dos presidentes dos grupos de trabalho. Embora ninguém tenha posto em causa o trabalho dos presidentes (ver ponto seguinte sobre o papel dos representantes eleitos), foi levantada a possibilidade de rever a repartição fixa das presidências entre as diferentes nacionalidades, prevista no nº 1 do artigo 15º dos estatutos do CC SUL. Tal poderia permitir a participação de um representante de "outros interesses" na presidência dos grupos de trabalho.

ANÁLISE TEMÁTICA

Papel dos representantes eleitos e do secretariado

Esta foi uma das temáticas que suscitou menos comentários durante as entrevistas. Todos os membros reconheceram o trabalho efetuado pelos representantes eleitos e também pelo secretariado.

Os membros eleitos sublinharam a importância de manter uma comunicação regular entre eles para o bom funcionamento da organização, através das suas reuniões regulares. No entanto, foi notado que alguns membros eleitos podiam, por vezes, faltar à imparcialidade, embora reconhecendo a dificuldade da situação.

A única observação relativa ao secretariado foi a existência de algumas omissões nas atas em termos de informações administrativas: lista de presenças, reunião por videoconferência ou presencial.

Comunicação

A comunicação interna da organização foi considerada satisfatória. Solicitou-se que fosse mantida para garantir uma boa compreensão e participação de todos os membros.

Por outro lado, os membros aguardam a remodelação do sítio Web, que deverá facilitar o acesso a determinadas informações. Os debates mostraram que nem todos têm a mesma visão do que deve ser feito em termos de comunicação externa: limitar-se ao sítio Web, desenvolver certas redes sociais profissionais. Por um lado, algumas pessoas não querem que o CC SUL se disperse na comunicação, o que não é o objetivo principal de um CC, enquanto outras querem dar a conhecer melhor o trabalho e as posições do CC SUL no meio profissional, a fim de valorizar o trabalho da estrutura.

Foi salientado o baixo nível de participação dos membros do CC SUL nas reuniões externas, apesar de o secretariado participar regularmente, principalmente devido a um problema linguístico e à ausência regular de tradução. Este ponto é frequentemente apresentado pelos membros do CC SUL como um obstáculo à sua participação.

Relações com a CE, os Estados-Membros e outras organizações

Um aspeto em que existe um consenso geral entre os membros do CC SUL é o facto de lamentarem a ausência demasiado frequente dos representantes da CE nas reuniões e que a CE forneça poucas informações sobre o trabalho do CC SUL (ver ponto relativo aos pareceres). Os membros têm a impressão de que não são muito ouvidos. Todos pediram que as pessoas responsáveis pelas questões técnicas pudessem participar, pelo menos por videoconferência quando a reunião é em formato híbrido, para poderem discutir diretamente os assuntos, sem terem de limitar os temas tratados. Para além da presença dos representantes da CE, foi salientada a questão da língua de trabalho. O CC SUL tem 3 línguas de trabalho principais:

ANÁLISE TEMÁTICA

espanhol, francês e português. É, por conseguinte, importante que os representantes da CE que têm de comparecer regularmente perante o CC SUL estejam também à vontade com pelo menos uma destas três línguas.

As relações com o Grupo de Estados-Membros (GEM) para as Águas Ocidentais Sul foram também analisadas da mesma forma pelos membros do CC SUL. Existe um sentimento comum de que o GEM é subutilizado, apesar do facto de que, para o trabalho de regionalização, o diálogo também deva passar por este órgão. Embora seja compreensível que os representantes do CC SUL não participem nas reuniões do GEM, devido à confidencialidade de certos intercâmbios entre os Estados-Membros, poderiam ser organizados intercâmbios mais construtivos do que os atuais, nomeadamente através da revisão de certos elementos do calendário de trabalho, a fim de permitir mais intercâmbios entre os dois organismos. O relatório supramencionado do CINEA sobre a aplicação da regionalização assinala igualmente uma falta geral de intercâmbios construtivos entre os GEM e os CC. Por exemplo, embora tenha sido discutida nas reuniões dos grupos de trabalho, a recomendação comum sobre o quadro do golfo da Biscaia para a proteção dos cetáceos nunca foi apresentada na íntegra aos membros do CC SUL.

Foi constatado que houve poucas trocas de impressões com o Parlamento Europeu. O CC não tem a prerrogativa de comunicar diretamente com este órgão europeu. No entanto, o boletim informativo da Comissão PECH do Parlamento Europeu enumera sistematicamente as reuniões dos diferentes CC, os seus trabalhos são de igual interesse para os Conselhos Consultivos e os deputados europeus podem referir-se aos pareceres dos CC quando intervêm em plenário.

As relações com os organismos de investigação nacionais e europeus são regulares e bem estabelecidas em termos de informação dos membros do CC SUL sobre os pareceres científicos mais recentes e as investigações em curso, mas limitam-se a isso.

Contribuição para os objetivos da PCP

Este é, sem dúvida, o ponto mais difícil da avaliação por várias razões: alguns consideram que, uma vez que o CC SUL foi criado pela PCP e que o seu trabalho é validado anualmente pela CE, o CC SUL está a cumprir a sua missão; outros consideram que o CC SUL tende a concentrar-se apenas no pilar ambiental da PCP. O problema habitual é conciliar objetivos a curto prazo - objetivos socioeconómicos - com objetivos a mais longo prazo - objetivos ambientais.

Por outro lado, os programas de trabalho anuais, os pareceres e os relatórios de atividade do CC SUL são coerentes com os objetivos da PCP, tal como definidos no artigo 2.

Por último, é difícil analisar a influência dos pareceres e dos trabalhos em relação aos objetivos da PCP, uma vez que não é fácil proceder ao seu acompanhamento, como indicado no ponto relativo aos pareceres.

ANÁLISE TEMÁTICA

Contudo, pode afirmar-se que a situação no respeitante ao RMD continua a melhorar, embora nem todas as unidades populacionais estejam ainda no RMD, como mostra a avaliação do CIEM para o golfo da Biscaia e as águas ibéricas [6] e que a proteção das espécies protegidas não está ainda totalmente garantida.

ANÁLISE AFOM

Com base nos elementos supramencionados e na análise do contexto europeu atual, é possível avaliar os fatores internos e externos que influenciam ao CC Sul e, assim, identificar as forças, fraquezas, oportunidades e ameaças do CC Sul.

FORÇAS	FRAQUEZAS
<ul style="list-style-type: none"> - Consenso unânime dos membros sobre o bom funcionamento geral da estrutura - Boa compreensão entre os membros - Bom ambiente de trabalho - Boa legitimidade das organizações membros - Boa avaliação pelos representantes eleitos - Boa avaliação do secretariado - Boa comunicação interna - Procedimentos bem estabelecidos 	<ul style="list-style-type: none"> - Participação, por vezes, limitada de alguns membros - Dificuldades de participação em reuniões externas - Sítio Web - Poucos membros da ONGs - Dificuldade em avaliar o impacto das contribuições do CC SUL nas decisões da CE - Pouco intercâmbio com o GEM - Gestão do tempo de certas reuniões em caso de apresentações
OPORTUNIDADES	AMEAÇAS
<ul style="list-style-type: none"> - Área de competência pouco partilhada com países terceiros - Recuperação de temas nas áreas de competência do CC SUL, a fim de recentrar os temas de trabalho em assuntos técnicos específicos da área de competência do CC SUL - Reflexão lançada pela DG Mare em fevereiro de 2023 sobre uma transição para o setor - Nova vontade da DG Mare de envolver os Conselhos Consultivos mais a montante (várias consultas lançadas no início de 2024 sobre indicadores socioeconómicos, formulação de pedidos de aconselhamento ao CIEM e ao CCTEP, etc.). - Renovação do Parlamento Europeu 	<ul style="list-style-type: none"> - Situação socioeconómica difícil no setor, que limita as suas projeções a longo prazo. - Falta de comunicação do calendário de trabalho da DG Mare - Falta de informação clara da CE e dos Estados-Membros sobre a utilização dos pareceres - Pouco interesse de novas organizações em juntar-se aos 1/3 membros - Campanhas mediáticas com impacto no trabalho de procura de compromissos e risco de tensão nas relações entre os membros.

RECOMENDAÇÕES

Com base nas análises acima referidas, pode ser formulada uma série de recomendações destinadas a tirar partido das forças e das oportunidades, ao mesmo tempo que se trabalha sobre as ameaças e se limitam as fraquezas.

Sobre o funcionamento dos órgãos do CC SUL

- Atualizar os estatutos para ter em conta os últimos desenvolvimentos:
 - o Criação do CCRUP nas áreas de competência do CC SUL e alterações nos grupos de trabalho art. 6.1 e supressão do art. 6.2 e do art. 15.1 (suprimir o GT "subdivisão insular")
 - o O âmbito de competência do GT tradicional foi alargado para além da pesca tradicional: o título poderia ser alterado para "GT tradicional e questões horizontais/transversais", artigo 15.1.
 - o Novo funcionamento de secretariado, sem secretário-geral e com uma divisão de responsabilidades com o Vice-Presidente, artigos ligados ao secretário-geral (16.3 a 16.7).
 - o Revisão dos presidentes e vice-presidentes dos GT, cuja nacionalidade é fixada no art. 15.1, para incluir um representante adicional da secção "outros interesses".
- A fim de manter o âmbito de aplicação do CC SUL, Título II dos Estatutos, poderá valer a pena avaliar regularmente os assuntos tratados à luz destes domínios, continuando a identificar questões regionais que possam conduzir a trabalhos no âmbito do CC SUL, num exercício prospetivo após cada eleição.

PROPOSTA DE ALTERAÇÃO DOS ESTATUTOS

Título II: Âmbito de aplicação

Art. 6.1 - O CC SUL terá jurisdição sobre todas as espécies biológicas localizadas nas áreas abrangidas pelas seguintes zonas CIEM: VIII, IX, X e divisões CECAF 34.1.1, 34.1.2, 34.2.0, excluindo as espécies pelágicas monitorizadas no âmbito da CC das Espécies Pelágicas (verdinho, carapau, cavala, arenque, peixe-javali) e excluindo as zonas abrangidas pela CCRUP. (...)

Título IV - Membros e Estrutura do CC SUL

Art. 16.3 - O Secretariado exerce as suas funções sob as ordens do Vice-Presidente do CC SUL nomeado por delegação do Presidente.

Art. 16.5 - O Vice-Presidente nomeado com o apoio do Secretariado é responsável pela gestão corrente do CC SUL, pela gestão do pessoal, (...).

Art. 16.7 - O Presidente pode propor ao Comité Executivo a demissão do pessoal do Secretariado.

Substituir **Secretário Geral** por **Secretariado** nos artigos 16.4 e 16.6 .

RECOMENDAÇÕES

- Manter um nível de hibridização das reuniões para facilitar a participação de pessoas exteriores ao CC SUL (cientistas, Estados-Membros, CE) e considerar a possibilidade de realizar uma reunião do Comex em cada duas unicamente por videoconferência ou permitir a realização de reuniões em formato híbrido.

Sobres os pareceres

- No que diz respeito às questões abordadas, poderia valer a pena organizar um debate prospetivo cada vez que a mesa do CC SUL for renovada, por exemplo, a fim de refletir sobre os principais temas de trabalho
- Elaborar pareceres utilizando uma abordagem SMART (Specific, Measurable, Acceptable, Realistic, Time-bound) com base num quadro predefinido para permitir o acompanhamento desses pareceres ao longo do tempo. Desta forma, seria possível comunicar sobre os pontos positivos e também relançar ou reformular os pontos que não foram seguidos. O quadro proposto no [anexo 2](#) tem em conta os seguintes tipos de pareceres, sendo apresentado um exemplo no [anexo 3](#) baseado em pareceres validados.
 - o resposta a uma consulta oficial da CE, com exceção de um questionário.
 - o parecer no contexto de um regulamento regionalizado, que passa pelo grupo de Estados-Membros
 - o parecer sobre um determinado assunto ou regulamento por iniciativa do CC SUL.

A abordagem SMART deverá ajudar na redação dos pareceres, tentando responder às seguintes questões :

- o Específico: o parecer está a pedir algo preciso?
- o Mensurável: existe um indicador para medir este pedido?
- o Aceitável: o pedido insere-se no quadro aceitável para a CE, ou seja, os objetivos da PCP?
- o Realista: o pedido é exequível?
- o Temporalidade definida: qual é o calendário para o pedido?
- Encontrar um calendário mais adequado para a transmissão de posições ou comentários com vista às negociações sobre os TAC para o final do ano - o calendário atual não permite à DG Mare tê-los em conta na formulação das suas propostas. Atualmente, os pareceres são mais úteis aos Estados-Membros para as negociações. Para o efeito, poderá:
 - o Convocar um grupo ad hoc após a apresentação dos pareceres científicos, geralmente no início de julho, a fim de estabelecer os principais pontos problemáticos e uma primeira análise da situação.
 - o Ou tornar claro que o documento de posição do CC SUL se destina principalmente aos Estados-Membros.

RECOMENDAÇÕES

Sobre a representação dos diferentes interesses

Mais do que a representação dos diferentes interesses, a questão prende-se sobretudo com a participação efetiva dos membros. Este aspeto poderia ser melhorado dando maior visibilidade ao impacto do trabalho do CC SUL, a fim de motivar os membros a participarem mais ativamente, ver ponto sobre pareceres e comunicação.

Sobre o papel dos representantes eleitos e do secretariado

- representantes eleitos:
 - Um documento com os compromissos identificados na sequência da auditoria interna de 2021 poderia ser publicado e utilizado como dossier de informação para os futuros membros.
 - Gerir melhor o tempo de certas reuniões em caso de apresentações externas, limitando o tempo de intervenção, se necessário.
- Secretariado :
 - Melhorar as informações constantes das atas: não esquecer a data, acrescentar a lista dos presentes, especificar o formato da reunião (presencial ou híbrida), introduzir um acompanhamento dos GT com base nas conclusões a recordar ao Presidente aquando da fixação das ordens do dia.
 - Antecipar tanto quanto possível o tempo de intervenção dos oradores externos: solicitar sistematicamente apresentações antes das reuniões e recordar o tempo concedido para a apresentação.

Sobre a comunicação

- Poderá ser elaborado um relatório sobre o número de reuniões anuais individuais realizadas e sobre os pontos discutidos, a fim de informar os membros.
- Manter o nível de comunicação do secretariado com os membros, nomeadamente através do correio eletrónico mensal.
- Abrir uma página no LinkedIn. Esta página deve permitir comunicar sobre os trabalhos do CC SUL: as próximas reuniões com os pontos da ordem do dia, as pessoas externas convidadas; os pareceres adotados e as eventuais respostas da CE; a participação dos membros ou do secretariado em reuniões externas com as posições defendidas; a eventual transmissão de mensagens de outros CC.
- Tendo em conta esta evolução, o secretariado deverá receber formação para otimizar a utilização deste novo instrumento.
- Após um ano de utilização da página LinkedIn, deverá ser efetuada uma revisão para avaliar a sua utilidade.

RECOMENDAÇÕES

Sobre as relações com a CE, os Estados-Membros e outras organizações

- Organizar um intercâmbio direto entre o gabinete do CC SUL e a CE: pedir para se encontrar o novo Comissário das Pescas e planear uma reunião anual entre o gabinete do CC SUL e o Diretor da DG Mare.
- Devem igualmente ser feitas recomendações à CE: assegurar que os trabalhos do CC SUL sejam regularmente assistidos por pessoas que compreendam as línguas de trabalho, identificar melhor se os pareceres do CC SUL são ou não tidos em conta e resumir as várias avaliações de desempenho dos CC na sua futura revisão da PCP.
- Repensar a relação entre o CC SUL e o GEM, a fim de utilizar melhor a regionalização para trabalhar em questões importantes para o CC SUL: permitir que o CC SUL intervenha em projetos de recomendações conjuntas; identificar se as posições do CC SUL são tidas em conta nas recomendações conjuntas. Foram igualmente efetuadas recomendações ao GEM
 - Ter uma presidência mais estável ou uma presidência que comece numa altura diferente do ano;
 - Planear uma reunião anual entre o presidente do CC SUL e o presidente do GEM

Sobre a contribuição para os objetivos da PCP

- As alterações propostas ao quadro de pareceres deverão facilitar a identificação da contribuição dos trabalhos do CC SUL para a realização dos objetivos da PCP.

RECURSOS

Bibliografia

1. La consultation : un outil à perfectionner, bilan d'étape pour le CCR Sud – Pascale Baelde – juin 2011
2. Compte rendu du Comex du CC SUD du 9 novembre 2021
3. Enquête interne de 2021 : les réponses aux questionnaires et le compte rendu de la réunion du 19 octobre 2021
4. Commission européenne, Agence exécutive européenne pour le climat, les infrastructures et l'environnement, Van Bogaert, N., Lemey, L., De Peuter, S. et al., CFP Regionalisation – Final Report, Hintzen, N. (rédacteur), Wakeford, R. (rédacteur), Office des publications de l'Union européenne, 2022. [f71f3994-f835-41e3-a4b8-63a227103806_en \(europa.eu\)](https://eur-lex.europa.eu/eli/reg/2022/63a/20220630/oj)
5. Document de travail des services de la Commission SWD(2023) 103 final - Politique commune de la pêche - État des lieux accompagnant le document: la politique commune de la pêche aujourd'hui et demain : un pacte pour la pêche et les océans vers une gestion de la pêche durable, fondée sur des données scientifiques, innovante et inclusive {COM(2023) 103 final} [eur-lex.europa.eu/legal-content/FR/TXT/PDF/?uri=CELEX:52023SC0103\(01\)&qid=1713952519801](https://eur-lex.europa.eu/legal-content/FR/TXT/PDF/?uri=CELEX:52023SC0103(01)&qid=1713952519801)
6. ICES. 2022. Bay of Biscay and the Iberian Coast ecoregion – Fisheries Overview. In Report of the ICES Advisory Committee, 2022. ICES Advice 2022, section 6.2. <https://doi.org/10.17895/ices.advice.21641396>
 - Documents internes au CC SUD disponibles sur le site internet www.cc-sud.eu, comme les statuts, les comptes-rendus, les avis et les réponses de la CE aux avis
 - Documents transmis par le secrétariat : courriers du CC SUD de 2019 à 2023

Entrevistas

NOME	Cargo no CC SUL	Família
Sergio Lopez	Presidente	Setor ES
Humberto JORGE	Vice-Presidente	Setor PT
Serge Larzabal	Vice-Presidente Presidente GT 8&9	Setor FR
Javier Lopez	Vice-Presidente	Outros Interesses/ONGs
Nicolas Fernandez Munoz	Presidente GT TRAD	Setor ES
Maria-José Rico	Presidente GT PELA	Setor ES
Aurelio Bilbao	Antigo Presidente /OPESCAYA	Setor ES

Raul Garcia	WWF	Outros interesses/ONGs
Julien Lamothe	ANOP	Setor FR
Pauline Joyeux	Representante FR	Administração Nacional
Hecto Villa Gonzales	Representante ES	Administração Nacional
Ursula Krampe	Representante DGMARE	Comissão Europeia
Chloé Pocheau	Secretariado do CC SUL	CC SUL
Aurélie Drillet	Secretariado do CC SUL	CC SUL

Consulta online

As respostas ao questionário online estão disponíveis num documento Excel separado, para facilitar a leitura.

ANEXO 1

Ano	Número	Parecer	Parecer de consenso	Resposta da CE
2019	127	renovação do regulamento de controlo	não	sim
2019	128	planos de rejeições	não	sim
2019	129	exploração de petróleo	sim	sim
2019	130	gestão do atum voador	sim	não
2019	131	declaração de política	não	sim
2019	132	sardinha ibérica	não	sim
2019	133	possibilidades de pesca para 2020	não	não
2019	134	melhoramento da compatibilidade do plano de gestão com as medidas de controlo	sim	sim
2019	135	sobre a vigilância das radiações	sim	sim
2020	136	avaliação da obrigação de desembarco	não	não
2020	137	capturas acidentais de golfinhos	não	sim
2020	138	planos de rejeições	não	não
2020	139	declaração de política	não	não
2020	140	sardinha ibérica	não	sim
2020	141	capturas acidentais de golfinhos	não	sim
2020	142	ICCAT 2020	sim	não
2020	143	possibilidades de pesca para as espécies de profundidade 21 e 22	não	sim
2020	144	algas invasoras	sim	sim
2020	145	possibilidades de pesca para 2021	não	sim
2020	146	modernização dos navios	não	sim
2021	147	sardinha ibérica	sim	sim
2021	148	lavagante vermelho	sim	não
2021	149	sobre a crise da covid-19	sim	sim
2021	150	MEDAC-CCSUD conjunto atum rabilho	sim	não
2021	151	declaração de política	não	não
2021	152	alteração da ata delegada relativa ao funcionamento dos CC	sim	sim
2021	153	limitação das flutuações das possibilidades de pesca	sim	sim
2021	154	gestão do atum voador	sim	sim
2021	155	possibilidades de pesca para 2022	não	não
2022	156	plano de ação para a conservação dos recursos haliêuticos	não	não
2022	157	atum rabilho	não	não
2022	158	gestão da enguia	não	não
2022	159	PCP	sim	não
2022	160	eólica offshore	sim	sim
2022	161	atum rabilho	sim	não
2022	162	possibilidades de pesca para 2023	não	sim
2023	163	plano de gestão das águas ocidentais	não	não
2023	164	planos de rejeições	sim	sim
2023	165	gestão do atum voador	sim	sim

ANEXO 1

(continuação)

Ano	Número	Parecer	Parecer de consenso	Resposta da CE
2023	166	captura acidental de golfinhos	não	sim
2023	167	medidas técnicas	não	não
2023	168	possibilidades de pesca para 2024	não	sim
2023	169	EMV	não	sim
2023	170	Plano de ação da CE	sim	sim
2023	171	transição energética	não	sim

Análise de alguns pareceres com ou sem resposta da CE

PARECER 135 / 2021	Amêijoia-relógio	Chumbo
CE	resposta pormenorizada, mas remissão para a DG Sanco	
Seguimento	não foi encontrado qualquer seguimento nos documentos	
PARECER 148 / 2021	Lagosta vermelha	aumento do tamanho mínimo
CE	sem resposta escrita	discussão no GT: bloqueio da administração portuguesa e dos Açores
Seguimento	não foi encontrado qualquer seguimento nos documentos	
PARECER 153 / 2021	limitação das flutuações dos TAC	
CE	resposta indicando, indiretamente, que o trabalho proposto não é considerado útil porque as flutuações dos TAC estão limitadas a 5%, embora a CE não se oponha à criação de um GT sob a égide do CCTEP, mas a CE não fornece as chaves para a sua criação.	
Continuação	criação de um GT ad hoc no âmbito do CCSUD, que se reuniu duas vezes, mas não se verificou qualquer seguimento	
PARECER 154 / 2021	Voador	Adoção da regra de funcionamento definitiva
CE	resposta após o ICCAT, explicando essencialmente a decisão tomada no ICCAT	
PARECER 165 / 2023	Voador	Pedido De Alteração Da Regra De Exploração
CE	resposta parcial que poderia ter especificado um calendário para antecipar os trabalhos do ICCAT sobre o assunto.	
PARECER 166 / 2023	Captura acidental de cetáceos	
CE	resposta pormenorizada, mas não sobre todas as recomendações do parecer, nomeadamente sobre os estudos relativos ao conhecimento das populações de cetáceos e sem especificar os trabalhos que o CCTEP poderia efetuar	

ANEXO 2

PROPOSTA DE QUADRO PARA OS PARECERES

Informações introdutórias

Título do parecer:

Tipo de parecer: *resposta a uma consulta comunitária sem questionário / parecer no contexto de um regulamento regionalizado, através do grupo de Estados-Membros / parecer sobre um assunto ou regulamento específico por iniciativa do CC.*

Referência a precedente(s) sobre o assunto:

Objetivo(s) da PCP a que o parecer responde: *cf. artigo 2º da PCP*

Contexto do parecer

- Contexto: *procedimento em que se insere o parecer*
- Informações/referências de base: *dados e relatórios utilizados*
- Motivo: *necessário, nomeadamente no caso de um parecer por iniciativa do CC*

Pareceres/perguntas

- Tópico 1
 - o Argumentos
- ⇒ Parecer sobre o tema 1
- Tópico 2
 - o Argumentos
- ⇒ Parecer sobre o tema 2

...

Posição minoritária e grupo que apoia esta posição

Procedimento de adoção

Mostrar a cronologia

RECORDATÓRIO da abordagem SMART:

- *Específico: o parecer está a pedir algo específico?*
- *Mensurável: existe um indicador para medir este pedido?*
- *Aceitável: o pedido insere-se no quadro aceitável para a CE, ou seja, os objetivos da PCP?*
- *Realista : o pedido é exequível?*
- *Temporalidade definida: qual é o prazo para o pedido?*

ANEXO 3

EXEMPLO DO PARECER 166 SOBRE A CAPTURA ACIDENTAL DE GOLFINHOS

Informações introdutórias

Título do parecer: sobre as capturas acidentais de cetáceos

Tipo de parecer: parecer por iniciativa da CC e parecer no âmbito de um regulamento regionalizado adotado pelo grupo de Estados-Membros


Referência a parecer(es) anterior(es) sobre o assunto: pareceres n.º 141 e n.º 137.

Objetivo(s) da PCP a que o parecer responde: artigo 2.3, artigo 2.5.c da PCP.

Contexto do parecer

- Contexto: participação nos debates sobre as medidas destinadas a reduzir as capturas acessórias de golfinhos comuns de bico curto no golfo da Biscaia e na costa ibérica.
- Informações de base/referências:
 - o ICES 2023 (a): ICES. 2023. Workshop sobre medidas de mitigação para reduzir as capturas acessórias de golfinhos comuns de bico curto no Golfo da Biscaia (WKEMBYC2; resultados da reunião de 2022). Relatórios científicos do CIEM. 05:03. 66 pp. <https://doi.org/10.17895/ices.pub.21940337> => Relatório do grupo de trabalho em que se baseou o parecer do CIEM
 - o ICES 2023 (b): ICES. 2023. Pedido adicional da UE sobre medidas de atenuação para reduzir as capturas acessórias de golfinho comum (*Delphinus delphis*) no golfo da Biscaia. In Relatório do Comité Consultivo do CIEM, 2023. Parecer do CIEM 2023, sr.2023.01 <https://doi.org/10.17895/ices.advice.21946634> => Parecer do CIEM
- Motivo: Interpretação pelos membros do CC SUL do último parecer do CIEM sobre medidas de gestão para reduzir as capturas acidentais de golfinhos comuns no golfo da Biscaia, a fim de formular recomendações para uma gestão sustentável numa base objetiva.

Opiniões/perguntas

- Conhecimentos sobre a população de golfinhos
 - - o O CIEM não registou alterações importantes desde a última avaliação em 2020. As estimativas de abundância mostram um aumento da dimensão da população entre os anos 90 e 2010, seguido de uma estabilização desde então.
- ⇒ Pedido de atualização das avaliações da população com os resultados do SCANS IV em  2022.

ANEXO 3

⇒ Estimativa das capturas acidentais de golfinhos comuns no golfo da Biscaia

- O CIEM regista um aumento das estimativas das capturas acidentais para os anos 2019-2020 em comparação com as estimativas para os anos 2016-2018. No entanto, considera que este aumento se deve provavelmente a um desvio metodológico na determinação do esforço de pesca transferido por diferentes Estados-Membros para determinados ofícios (aumento muito significativo). Os membros do CC Sul recordam a necessidade de dar um passo atrás na interpretação das conclusões de um trabalho baseado unicamente nos arrojamentos (registados apenas no território francês pelo Réseau National d'Échouages), associados em certos casos a observações aéreas de carcaças, para determinar a mortalidade dos pequenos cetáceos no golfo da Biscaia, na ausência de dados suficientes provenientes de observações no mar a bordo dos navios de pesca. Além disso, a França está particularmente preocupada com o problema das capturas acidentais, uma vez que os arrojamentos são particularmente visíveis no seu litoral. Os trabalhos exploratórios realizados pelo WKEMBYC2, com base em dados parciais relativos a determinadas artes/zonas, mostram que 41% das capturas acidentais são efetuadas na zona 8abd, 34% na zona 8c9a e 25% na zona 7efghj.

- ⇒ Avaliar as capturas acidentais com base em observações no mar efetuadas a uma escala mais precisa, nomeadamente Estado-Membro por Estado-Membro,

SMART A temporalidade da recomendação não é precisa

- Limites de captura/objetivos de gestão/limiares

- Tal como em 2020, na ausência de objetivos de gestão definidos, o CIEM optou por se basear no PBR (Potential Biological Removal), que é uma interpretação da "viabilidade a longo prazo" exigida pela legislação europeia. Contudo, este parâmetro não pode ser considerado como o único objetivo de conservação. Este indicador baseia-se em objetivos a longo prazo (100 anos) que podem incluir fatores evolutivos difíceis de ter em conta pelos modelos de previsão. Estas simulações estão sujeitas a numerosos pressupostos. Além disso, o cálculo deste indicador implica parâmetros biológicos desconhecidos da espécie, para os quais são, portanto, utilizados valores "por defeito".
- ⇒ Apoio à recomendação do CIEM de definir objetivos de gestão. Estes objetivos devem ser comuns e basear-se tanto em considerações científicas como em recomendações socioeconómicas. Enquanto se aguardam estes trabalhos, os membros apelam a que sejam utilizados como base os objetivos de gestão em vigor (por exemplo, o objetivo francês DCSMM D01-MT-OE02): taxa de mortalidade por captura acidental inferior a 1% da melhor estimativa do tamanho da população para cada espécie.

SMART Sim

ANEXO 3

- Cenários

- A título de recordatório, o CIEM não afirma que os encerramentos são necessários a curto prazo e não recomenda medidas de emergência. Diz simplesmente que esta é a medida de gestão mais eficaz a curto prazo, à luz dos cenários atualizados derivados do WKEMBYC, que se baseiam numa cessação total da pesca para várias atividades (arrastões pelágicos, arrastos de parelha, redes de emalhar) durante várias durações e períodos, combinados para certas atividades com dispositivos acústicos de dissuasão (PTM/PTB).
- O CIEM está a avaliar os encerramentos totais do golfo da Biscaia para um certo número de atividades que envolvem várias centenas de navios franceses, espanhóis e portugueses. Não avalia a eficácia dos encerramentos espaciais parciais (limitados a pequenas zonas específicas, como as mencionadas/requeridas por vários políticos ou ONG).
- As ONG ambientais do CC SUL consideram que o parecer do CIEM apresenta vários cenários que permitem atingir o objetivo de reduzir a mortalidade dos golfinhos no golfo da Biscaia. No entanto, dada a escala geográfica da recomendação científica, no caso dos encerramentos temporais, as ONG consideram que são necessários estudos mais aprofundados para definir possíveis zonas, meses e artes em que a interação com os pequenos cetáceos possa ser significativa, com vista a definir restrições temporais de menor escala, adaptadas à realidade das pescarias e que minimizem tanto as capturas acidentais como o possível impacto socioeconómico. No entanto, de acordo com os membros do setor CC SUL, essas zonas (hot spots) não existem, uma vez que os golfinhos estão amplamente distribuídos no Golfo da Biscaia e são capazes de viajar várias centenas de quilómetros por dia.
- Por outro lado, nenhuma combinação de medidas, de entre as testadas pelo CIEM, permite atingir um limiar de capturas acidentais inferior a 10% do PBR.

- Dispositivos técnicos

- O CIEM não tem reservas particulares quanto à utilização das diferentes medidas de atenuação (poluição sonora, zona de exclusão, etc.). No entanto, menciona a importância de garantir que os dispositivos acústicos de dissuasão sejam corretamente utilizados e implantados e de acompanhar a evolução da sua eficácia ao longo do tempo. Os trabalhos portugueses e espanhóis abrem perspectivas operacionais para reduzir as capturas acidentais dos arrastões de fundo emparelhados e dos arrastões de amarração, que contribuem para quase 30 % das capturas acidentais no golfo da Biscaia e nas águas ibéricas, segundo as estimativas do grupo. O plano de ação francês iniciado em 2019 e alargado para 2023-2024, responde às recomendações do CIEM em termos de 1/ testar dispositivos de grande escala e 2/ melhorar o conhecimento da interação através

ANEXO 3

de observações. A continuação deste trabalho e a aplicação de um plano de grande envergadura foram recomendadas no parecer 137 do CC SUL

- ⇒ Não havendo urgência, os membros do SUD recomendam que se baseie o trabalho numa realidade objetiva e desapaixonada e que se dê tempo aos projetos em curso para chegar a conclusões úteis sobre os dispositivos técnicos mais adequados.

SMART A recomendação deveria ser mais específica e breve, por exemplo: aguardar os resultados dos projetos em curso sobre dispositivos técnicos para avaliar os mais eficazes a implementar.

- ⇒ Os membros do CC SUL sublinham que qualquer consideração de medidas de gestão deve 1/ incluir um estudo sério do impacto socioeconómico em todos os elos da cadeia (navios, lotas, portos, intermediários, grossistas, peixarias, etc.) e 2/ incluir um estudo dos efeitos de limiar para além dos quais serão ultrapassados limites irreversíveis, tanto para o golfinho comum como para o setor das pescas.

SMART A recomendação deveria ser mais específica e breve, por exemplo: 1/ realizar um estudo socioeconómico dos efeitos das medidas de gestão no conjunto do setor e 2/definir os limiares que não devem ser atingidos, tanto para o golfinho comum como para o setor da pesca.

A recomendação poderia ter especificado a estrutura a consultar (CSTEP) e o calendário para a realização deste estudo

Posição minoritária

- ⇒ Para os membros do setor CC-Sud, a implementação de dispositivos tecnológicos, como os pingers, é a única solução que permitirá uma coabitação sustentável a curto, longo e médio prazo entre os pescadores e os pequenos cetáceos.
- ⇒ Para as ONG ambientais do CC SUL, são necessários mais estudos para definir as possíveis zonas, meses e artes de pesca com as quais a interação com os pequenos cetáceos pode ser significativa, com o objetivo de poder definir restrições espaço-temporais em menor escala, adaptadas à realidade das pescarias e que minimizem tanto as capturas acidentais como o possível impacto socioeconómico.

Processo de adoção

Iniciativa	Consulta eletrônica 1	Consulta eletrônica 2	Debate em GT	Consulta eletrônica 3	Comité Executivo	Consulta eletrônica 4	Comité Executivo
Proposta do secretariado com base no parecer do CIEM (24/01/23)	Livre de 25/01 a 10/03	Dirigida mediante proposta do CNPMEM 20/03 a 14/04	3 de Maio Proposta de alterações menores	Dirigida de 6 a 12 de maio	30 de Maio Projeto não validado, participação das ONGe a trabalhar novamente	Dirigida ONG de 1 a 15 de junho	27 de junho Parecer alterado, que leva em consideração a participação das ONGe